

CRISTIANA FORTINI

Coordenadora

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Prefácio

CORRUPÇÃO E SEUS MÚLTIPLOS ENFOQUES JURÍDICOS

Belo Horizonte



2018

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

C823 *Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos/ Cristiana Fortini (Coord.)* – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

389 p.

ISBN: 978-85-450-0422-6

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Público I. Fortini, Cristiana. II. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FORTINI, Cristiana (Coord.). *Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 389 p. ISBN 978-85-450-0422-6.

1113537

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Maria Sylvia Zanella Di Pietro	11
APRESENTAÇÃO.....	15

PARTE I

O BRASIL E A LEI ANTICORRUPÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS

CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 12.846/2013	
Débora Carvalho Mascarenhas dos Anjos, Paula Carolina de Oliveira Azevedo da Mata	
	19
1	Introdução
	19
2	Competência legislativa da União
	19
3	Fundamento constitucional para a previsão da responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas
	24
3.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.261
	30
4	Conclusão
	32
	Referências.....
	33

RESPONSABILIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS POR ATOS DE CORRUPÇÃO: REFLEXÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO

Ana Frazão	
	35
1	Introdução
	35
2	A responsabilização da pessoa jurídica por fato próprio
	36
3	A responsabilização da pessoa jurídica por fato de “terceiro”
	39
4	Solução acolhida pela Lei Anticorrupção
	43
5	Correta interpretação da <i>vicarious liability</i> no âmbito do Direito Administrativo sancionador: impossibilidade de punição sem reprovabilidade.....
	45
6	Mesmo no Direito Civil, a chamada responsabilidade objetiva da pessoa jurídica é, como regra, um juízo de imputação, que não dispensa a prática de ato culposo
	49
7	Conclusões.....
	53
	Referências.....
	54

O DECRETO FEDERAL Nº 8.420/15 E A METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA FIXAÇÃO DA MULTA

Cristiana Fortini, Laís Rocha Salgado	
	57
1	Introdução
	57

2	O decreto.....	61
3	Das circunstâncias agravantes.....	63
4	Das circunstâncias atenuantes.....	68
	a) Da consumação ou não da infração	68
	b) Da reparação integral do dano.....	69
	c) Do programa de integridade, cooperação e acordo de leniência	71
5	A vantagem auferida ou pretendida pelo infrator	76
6	O valor da multa.....	77
7	Conclusão	79
	Referências.....	80

ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O PRINCÍPIO *NE BIS IN IDEM*: UMA ANÁLISE DO SISTEMA LEGAL DE DEFESA DA INTEGRIDADE ADMINISTRATIVA

Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel, Mariana Magalhães

Avelar.....	83
1 Introdução	83
2 Breve diagnóstico: ausência de unidade e de coerência normativa no sistema de defesa da integridade administrativa.....	86
3 A busca por unidade e coerência normativa na defesa da integridade: por uma visão integrada das esferas de responsabilização por atos de corrupção	98
4 As contribuições da Legística para a coerência do sistema de defesa da integridade administrativa.....	109
5 Considerações finais.....	113
Referências	114

ANÁLISE DO PROGRAMA DE LENIÊNCIA DA LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA: CARACTERÍSTICAS E EFETIVIDADE

Réinaldo Diogo Luz, Fabiano Teodoro de Rezende Lara..... 119

1 Introdução	119
2 A Lei Anticorrupção e seu programa de leniência	123
3 Fundamentos econômicos dos programas de leniência	128
3.1 Leniência parcial x leniência total	131
3.2 Único proponente x múltiplos proponentes	132
3.3 Leniência <i>ex ante</i> x leniência <i>ex post</i>	134
3.4 Possibilidade de leniência para o líder do grupo	135
3.5 Possibilidade de recompensa positiva	136
4 Conclusão	137
Referências.....	140

COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO: FORMAS E FUNÇÕES NA LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL, NA ESTRANGEIRA E NA LEI Nº 12.846/2013

Marcelo Andrade Féres, Henrique Cunha Souza Lima..... 145

1 Considerações iniciais.....	145
-------------------------------	-----

2	O que é o <i>compliance</i> : possíveis definições	147
3	<i>Compliance</i> na legislação anticorrupção estrangeira e internacional: entre formas e funções.....	148
3.1	As formas do <i>compliance</i> no direito estrangeiro: FCPA e o UK Bribery Act.....	150
3.2	As funções do <i>compliance</i> no direito estrangeiro: FCPA e o UK Bribery Act.....	154
3.3	As formas e as funções do <i>compliance</i> nos tratados internacionais anticorrupção	157
4	O <i>compliance</i> na lei brasileira anticorrupção	160
4.1	As formas do <i>compliance</i> na Lei Brasileira Anticorrupção	160
4.2	As funções do <i>compliance</i> na Lei Brasileira Anticorrupção.....	162
	a) O <i>compliance</i> e a responsabilização administrativa	164
	b) O <i>compliance</i> e os acordos de leniência	167
	c) O <i>compliance</i> e a responsabilização judicial	169
5	Conclusões.....	171
	Referências.....	172

USANDO MULTIPLICIDADE INSTITUCIONAL PARA ENFRENTAR A CORRUPÇÃO COMO UM PROBLEMA DE AÇÃO COLETIVA: LIÇÕES DO CASO BRASILEIRO

Lindsey D. Carson, Mariana Mota Prado	175	
1	Introdução	175
2	Corrupção como um problema de Principal-Agente.....	176
2.1	A corrupção segundo o modelo de Principal-Agente.....	177
2.2	As limitações de iniciativas convencionais de combate à corrupção.....	179
3	Corrupção como um problema de ação coletiva	181
3.1	Corrupção segundo o modelo da ação coletiva	181
3.2	Incorporar o modelo de ação coletiva à agenda anticorrupção.....	183
4	Multiplicidade institucional – Uma abordagem promissora para enfrentar a corrupção como uma ação coletiva	185
4.1	Definindo a multiplicidade institucional	185
4.2	A multiplicidade institucional como estratégia para enfrentar os problemas de ação coletiva	187
4.3	Tipos de multiplicidade institucional.....	189
5	Brasil – Um estudo de caso de multiplicidade institucional reativa.....	190
6	Conclusão	196
	Referências.....	198

A NECESSIDADE DE HARMONIZAÇÃO DAS ESFERAS DO PODER PUNITIVO ESTATAL (ADMINISTRATIVA E PENAL) NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Bruno Martins Torchia, Maria Tereza Fonseca Dias	205	
1	Introdução	205
2	Atos de corrupção.....	208

3	Multiplicidade das esferas do poder punitivo estatal.....	210
3.1	A importância do elemento subjetivo das condutas nas diferentes esferas do poder punitivo estatal	212
3.2	Aspectos penais do combate à corrupção e da responsabilização das pessoas jurídicas	214
3.3	A responsabilidade objetiva da Lei Anticorrupção.....	216
3.3.1	Aspectos gerais da Lei Anticorrupção: fundamentos e natureza jurídica	216
3.3.2	Responsabilidade objetiva, legalidade e tipicidade das condutas descritas na LAC.....	219
3.3.3	Críticas à responsabilidade objetiva e as vicissitudes do Direito Administrativo Sancionador.....	221
4	Considerações finais.....	225
	Referências.....	227

O NOVO MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR COMO FERRAMENTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Renata Ramos de Castro	231
1 Breve introdução ao Terceiro Setor.....	231
2 As práticas de combate à corrupção no Terceiro Setor	236
2.1 A impessoalidade.....	237
2.2 O monitoramento e avaliação.....	241
2.3 <i>Accountability</i> (prestação de contas).....	242
2.4 <i>Disclosure</i> (transparência).....	244
3 Conclusão	245
Referências.....	246

PARTE II COMBATE GLOBAL À CORRUPÇÃO: INSTRUMENTOS E EXPERIÊNCIAS

RECOMPENSAS PARA DENUNCIANTES NO COMBATE À CORRUPÇÃO?

Theo Nyreröd, Giancarlo Spagnolo, Tradução: Reinaldo Diogo Luz	251
1 Introdução	251
2 Em que a corrupção é diferente?.....	253
3 Retaliação, compensação e a necessidade de recompensar denunciantes	254
4 Características dos programas de recompensas existentes.....	255
5 O custo e o escopo dos programas de recompensa.....	257
6 Preocupações morais e denunciante oportunistas/ mal-intencionados	260
7 Conclusões.....	263
Referências	264

COOPERAÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Jamile Bergamaschine Mata Diz, Lucas Tavares Mourão	267
Introdução	267
1 Noções sobre cooperação jurídica	268
2 Breves apontamentos acerca da corrupção na União Europeia	271
3 Mecanismos de combate à corrupção que afetam a União Europeia	274
3.1 Combate à corrupção na União Europeia	278
3.2 Organismo de Luta Antifraude	281
4 Conclusão	285
Referências	286

O COMBATE GLOBAL À CORRUPÇÃO E O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PRIMEIROS ESFORÇOS DE UMA SISTEMATIZAÇÃO NECESSÁRIA

Fabrizio Bertini Pasquot Polido	289
1 Direito internacional privado, combate global à corrupção e suas fronteiras: uma introdução	290
2 Conformação do arcabouço internacional de combate às práticas de corrupção e unilateralismo das soluções	294
3 Jurisdição e responsabilidades por atos delituais praticados em conexão com corrupção no estrangeiro	299
4 Cooperação jurídica internacional e contencioso internacional privado em processos de corrupção	303
5 Corrupção e contratos internacionais	307
Referências	309

PARTE III

O COMBATE À CORRUPÇÃO SOB A ÓTICA DO DIREITO PENAL

A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA POR CRIME DE CORRUPÇÃO NA PROPOSTA DE NOVO CÓDIGO PENAL

Fernando A. N. Galvão da Rocha	315
1 Introdução	315
2 Opção política	317
3 Teoria do crime e pessoa jurídica	322
4 Responsabilidade indireta	325
5 Responsabilidade civil como referência dogmática	327
6 Responsabilidade restrita às pessoas de direito privado	329
7 Responsabilidade restrita a alguns crimes	331
8 Responsabilidade objetiva	332
9 Conclusões	334
Referências	335

**RESPONSABILIDADE CORPORATIVA E COMPLIANCE:
NOVAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO À
CRIMINALIDADE ECONÔMICA**

Felipe Martins Pinto, Paula Rocha Gouvêa Brener.....	339
Introdução	339
1 Contextualização: sociedade de riscos e autorregulação regulada....	341
2 <i>Compliance</i> como instrumento preventivo	342
3 Novos contornos da responsabilidade dos gestores empresariais	345
4 Individualização de responsabilidade e afastamento de tipicidade..	349
5 Considerações finais.....	351
Referências	352

**PARTE IV
POLÍTICA E CORRUPÇÃO**

CORRUPÇÃO E REFORMA POLÍTICA

Adriana Campos Silva, Paulo Henrique de Mattos Studart,

Júlia Rocha de Barcelos.....	357
1 Introdução	357
2 Considerações gerais sobre a corrupção	358
3 Considerações sobre o atual modelo jurídico-institucional de garantia da higidez do processo eleitoral.....	360
4 Perspectivas em discussão	363
4.1 <i>Accountability</i> ou responsividade	363
4.2 Financiamento de partidos e campanhas.....	364
4.2.1 A questão do caixa dois.....	368
5 Considerações finais.....	370
Referências	370

**SOCIEDADE ÉTICA, ESTADO DE DIREITO E
CORRUPÇÃO**

José Luiz Quadros de Magalhães.....	373
1 Introdução	373
2 O Direito Penal não resolve	376
3 Quem diz o que é ético?	377
4 Ética x direito	378
5 O candidato limpo.....	381
6 Conclusão, sempre provisória: somos seres processuais, singulares, plurais e dinâmicos	383

SOBRE OS AUTORES	385
-------------------------------	------------